



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1.978.

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 58.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1978

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Eze-quias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Hélio Manfrinato (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Fabiano Braga Côrtes, Osvaldo Macedo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offícios:

Sob os n.ºs 54, 55, 56 e 57/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

128/77 — Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo alienar, por doação, ao Município de TEIXEIRA SOARES, terreno localizado do quadro urbano do Distrito de Angai, com área, limites, divisas e demais características, constantes do registro de imóvel da Comarca de Teixeira Soares, o qual convertido em Lei tomou o número 6.977.— Agradeça-se.

143/77 — Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.988.—Agradeça-se.

74/76 — Do Senhor José Domingos Scarpelini, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o número 6.999.— Agradeça-se.

154/77 — Do Senhor Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mamborê, o qual convertido em Lei tomou o número 7.000.— Agradeça-se.

Da Senhora Chloris Casagrande Justen, agradecendo em seu nome e dos seus familiares, pelo voto de pesar pelo

passamento do seu esposo o Desembargador Marçal Justen.— Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n.º 110/78, do Senhor General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, encaminhando à este Poder Legislativo um Convite Programa, concernente às comemorações alusivas à Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho SPAT/78, que será realizada de 22 à 26 do mês em curso, nesta Capital.— Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 25/78, por 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

APOIAMENTOS: Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na semana passada, na cidade de Franca — S.P., do Senhor AZARIAS DINIZ.

Cidadão exemplar, ex-Vereador por duas legislaturas, Presidente da Câmara Municipal de Mariluz, onde grangeou a simpatia e o respeito de seus concidadãos, pelo seu comportamento reto, seu espírito cristão e sua inestimável colaboração ao desenvolvimento do progressista Município de Mariluz.

Requer outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente, à família enlutada e à egrégia Câmara Municipal de Mariluz.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1.978.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a transferência da sessão do dia 7 do corrente, para às 10,00 horas do período matutino.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Assembléia Legislativa, inteiro teor do artigo "O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE", publicado na pág. 17, 2.º caderno, da edição de ontem do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", sediado nesta cidade; DIA, hoje mundialmente consagrado ao meio ambiente, e cujo texto encontra-se a este anexado.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1.978.

(a) Paulo Camargo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 80/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada pavimentada de médio porte, entre as cidades de NOVA LONDRINA e TERRA RICA, passando por ITAÚNA DO SUL e DIAMANTE DO NORTE.

Art. 2.º – O Chefe do Poder Executivo, no prazo de sessenta (60) dias da publicação da presente lei, determinará à Secretaria competente, para que tome as providências legais, e demais atos complementares necessários, à consecução do objetivo aqui fixado.

Art. 3.º – Para cobrir o custo da obra prevista na presente lei, o Poder Executivo usará recursos orçamentários destinados ao setor rodoviário, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a construção de uma estrada de médio porte, por parte do Governo do Estado, entre os Municípios de NOVA LONDRINA e TERRA RICA, passando pelas cidades de ITAÚNA DO SUL e DIAMANTE DO NORTE e ainda pelo Distrito de Ademar de Barros, perfazendo uma distância aproximada de trinta e cinco a quarenta quilômetros, baseia-se em que as duas cidades terminais, já estão ligadas a asfalto, uma pela própria BR-376 e outra, por rodovia de acesso.

A necessidade da construção fundamenta-se na urgência que a população da região, especificamente das cidades intermediárias – Itaúna do Sul e Diamante do Norte, tem de se integrar a malha rodoviária estadual e usufruir dos benefícios advindos de obras prioritárias.

Construído este segmento rodoviário, constituir-se-ia em uma nova opção de acesso à BR-376 por asfalto, preenchendo o setor de direito da mesma rodovia, ligando Paranavaí-Guairacá-Terra Rica-Diamante do Norte-Itaúna do Sul e Nova Londrina, uma vez que pelo setor esquerdo, de Paranavaí-Guairacá-Nova Londrina e Porto São José, já se percorre também por estrada asfaltada.

O atendimento por este projeto de lei, constitui por parte do Governo do Estado, um pouco de atenção por um espaço do noroeste estadual que se encontra em abandono e é riquíssimo em produção agro-pastoril, necessitando de possibilidades de escoamento mais rápido em direção principalmente do Estado do Mato Grosso e do Porto de Paranaguá, escoadouro de todo o nosso potencial.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulín, no Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULÍN – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou apenas encaminhar um requerimento que aborda assunto da praia de Guaratuba, o que é de interesse de todos os paranaenses, especialmente, do povo daquela cidade.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê)
“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, no sentido de que determinem seja executado o projeto de calçada em Guaratuba, o qual foi elaborado pelo IPPUC e encaminhado à Secretaria da Administração para execução.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1978.

(a) Alfredo Gulín.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de um ano, após nossa veemente insistência para que fossem executados melhoramentos na Praia de Guaratuba, foi elaborado pelo IPPUC um projeto para calçada naquele Balneário, cujo projeto foi encaminhado à Secretaria de Estado da Administração, para ser executado, contudo até a presente data ainda não o foi.

Ora, melhorando a nossa principal praia, que é a primeira a ser visitada por aqueles que vem de qualquer parte do Paraná, justamente pela facilidade de acesso proporcionada pela Estrada de Garuva, e cuja praia, por assim dizer, deveria ser o nosso cartão de visita, estaremos então, incentivando o paranaense a frequentar a Praia de Guaratuba, investindo na mesma, fazendo dela a sua estação de veraneio permanente, em vez de procurar as praias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois então, o nosso litoral, oferecerá condições turísticas iguais ou melhores do que aquelas praias.

Assim, solicitamos através do presente, seja executado o projeto, e que seja concluído ainda para a próxima temporada, o que sem dúvida aumentará o afluxo de turistas para aquela praia e, conseqüentemente, elevará a renda proveniente do turismo, o que por si só pagará as despesas feitas com o calçamento.

Pedimos pois, aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.”

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci, no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Os problemas que a população maringense está enfrentando com as enormes filas a que é obrigada a sofrer para conseguir atendimento junto ao ambulatório do INPS daquela cidade, já foi alvo, não apenas desta tribuna por diversos Deputados, mas também da Câmara de Vereadores de Maringá que já se deteve na análise do problema, parecendo que, apenas a própria instituição previdenciária, não procura resolver definitivamente o problema.

As atuais instalações do ambulatório, situadas no centro da cidade, cujo prédio é alugado por Cr\$ 46.000,00 mensais, considerado insuficiente para uma ampliação no atendimento, terá seu contrato vencido nos próximos dias.

Conforme Edital de Locação de Imóveis, publicado na “Folha do Norte do Paraná” de 18/1/78, o INPS, procura um imóvel com área aproximada de 2.500 a 3.500m², para instalação de “POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA” em Maringá.

Até aí tudo em ordem. Nada de anormal. Porém, nos últimos dias em Maringá, comenta-se que o INPS teria acertado a locação para a instalação do “Posto de Assistência Médica”, do prédio do “Hospital Santa Helena”, com trinta e oito leitos em pleno funcionamento, porém, a locação seria apenas DO PRÉDIO, não do hospital em funcionamento, por Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) mensais...; valendo-se acrescentar que referido prédio, não atinge ao menos 2.000m² de área construída.

Tudo talvez passaria despercebido, caso não houvessem outras propostas para locação de imóveis, como por exemplo uma localizada também nas proximidades do atual ambulatório, com cerca de 3.600m² de área construída, cuja proposta para locação é de Cr\$ 267.000,00, devendo-se salientar que está ainda computada neste valor, três aparelhos telefônicos.

Sem querer tomar partido em favor deste ou daquele locador, mas visando tornar pública a situação, é que hoje resolvemos ocupar a tribuna para tratar do problema.

Maringá conta com grande deficiência de leitos hospitalares, quase que diariamente deparamos com notícias de pessoas que morrem por falta de atendimento médico em função da falta de leitos hospitalares.

Tivemos há poucos dias o fechamento do Instituto de

Medicina e Cirurgia de Maringá, com dezoito leitos, cujo titular alega que o atraso no pagamento das contas pelo INPS é o principal responsável pelo mau funcionamento de hospitais.

Sufrerá Maringá agora, caso venha o INPS a alugar o Hospital Santa Helena, com mais uma diminuição no número de leitos hospitalares.

O Vereador Jesus Hernandez, do MDB de Maringá, em requerimento datado de 23 de maio pp., já indaga da Superintendência Regional do INPS, das razões que levaram os responsáveis pelo Instituto em pagar muito mais caro pela locação de prédio menor, conseqüentemente com menores possibilidades de atendimento ao público.

Murmura-se em Maringá, inclusive, que a localização do Posto de Assistência Médica do INPS no prédio recém-alugado ou em vias de ser alugado, viria beneficiar diretamente determinados hospitais, que estão alinhados na Campanha do ex-Presidente do INPS, Sr. Reynolds Steffanes à Câmara Federal. Não cremos ser este o objetivo maior do Governo, porém, se passar o posto de atendimento da autarquia de um prédio que custa Cr\$ 46.000,00 por mês, para outro menor que custará Cr\$ 400.000,00 mensais, desprezando a oferta de prédio maior e bem localizado, cujo aluguel mensal é de..... Cr\$ 267.000,00, obrigatoriamente, teremos que ficar com a sabedoria popular que diz "onde há fumaça há fogo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Toma posse hoje, como Diretor Superintendente do IPE, o Dr. Nelson Jorge, moço que com o Secretário Arnaldo Busato, dinamizou aquela Secretaria.

Nelson Jorge, companheiro de todas as horas, homem afeito às lides políticas e administrativas do Paraná, não podíamos deixar de pedir um voto de regozijo e a inserção na ata dos trabalhos por esta indicação do Governo Jayme Canet Júnior.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, toma posse hoje, como Diretor do IPE, este moço brilhante que trabalhou diuturnamente em prol do Paraná e de sua gente, quando chefe de gabinete do grande Secretário Arnaldo Busato.

Queríamos, neste instante, pedir a esta douta Assembléia que referende um requerimento nosso de voto de louvor, pela indicação do nome deste grande paranaense do Norte Pioneiro, Dr. Nelson Jorge, que, na direção do IPE, há de fazer muito pela classe que representa, que há de representar naquela autarquia.

Neste instante, estamos solicitando o apoio para o nosso requerimento, dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Declina).

A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Declina).

Esta Presidência tem a satisfação de registrar as presenças, neste Plenário, dos Srs. Sidney Polato, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, e Augusto Becker, ex-Prefeito Municipal de Rondon.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, parece-me que eu estou inscrito para falar no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa Vossa Excelência, que na lista de inscritos constam os nomes dos Srs. Deputados Dácio Leonel que declinou, e Lázaro Dumont, que transferiu a sua inscrição, para a sessão de amanhã.

A Presidência vai conferir, com a Assessoria.

Realmente, a Presidência não tem Vossa Excelência como inscrito, mas poderá inscrevê-lo se assim Vossa Excelência desejar.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu me encontro inscrito, desde quinta-feira e, não houve Grande Expediente sexta-feira. Eu devo estar inscrito, pela ordem, em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, só para que não pareça estar com má vontade com Vossa Excelência, dará a relação dos inscritos, a última relação de posse da Assessoria da Mesa:

Deputados: Edilson Alencar, falou;

Enéas Faria, falou;

Lázaro Dumont, declinou;

Basílio Zanusso, ausente;

Maurício Fruet, falou;

Ivo Thomazoni, falou;

Enéas Faria, declinou;

Valter Pietrângelo, ausente;

Renato Bernardi, falou;

Muggiati Filho, falou;

Deni Schwartz, falou;

Lázaro Dumont, transferiu;

Valter Pietrângelo, falou;

Jayme Rodrigues Carvalho, declinou;

Dácio Leonel, declinou;

Lázaro Dumont, transferiu.

A Presidência, costumeiramente não poderia agir da forma que vai agir, porquanto, já havia encerrado a Hora do Expediente; todavia em respeito a Vossa Excelência, Deputado Lúcio Machado, a Presidência reabre a Hora do Expediente e lhe concede a palavra, para falar no Grande Expediente.

O Sr. Lúcio Machado — Eu agradeço a Vossa Excelência, porém, a fim de não perturbar os trabalhos da Mesa, solicito a Vossa Excelência que me inscreva no Grande Expediente da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Vossa Excelência estará inscrito para falar no Grande Expediente da sessão de amanhã.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Terra Rica. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/78 — que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Centenário do Sul. — **Aprovado.**

A Presidência reclama a presença, na Mesa, do Sr. Líder da Aliança Renovadora Nacional, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para discutir requerimento de sua autoria.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da

C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— COM SUBSTITUTIVO GERAL.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência anuncia sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, com apoio de outros Srs. Deputados, que pretende a retirada ou o adiamento de votação, com prazo de trinta dias, do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências.

Regimentalmente, a Presidência não pode acolher o requerimento, considerando que está esgotada a fase de discussão da matéria; e, em fase de votação, o Regimento Interno não admite adiamento de votação.

Pela ordem, a Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, autor do requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, eu, evidentemente, acolho a superior decisão dessa Presidência, todavia, eu levantaria a seguinte questão de ordem: — O substitutivo ora em votação, compulsando o projeto, é preciso verificar que não mereceu da Comissão de Finanças, o competente parecer. Razão pela qual, eu requereria, à Presidência, que remetesse o projeto à Comissão de Finanças para que ela se pronuncie sobre tal matéria, em razão da evidente vinculação e pertinência dessa comissão, no que diz respeito a projeto que engloba e propõe novos valores.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja atender à pretensão de Vossa Excelência, Deputado Luiz Roberto Soares; todavia, terá que se ater ao que regimentalmente estatui o art. 106, na sua alínea "A" — Será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das comissões permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres.

A Presidência não deseja, absolutamente, obstar, nem poderia, impedir que o Substitutivo Geral apresentado por mais de dois terços dos Deputados ao Projeto de Lei n.º 25/78, deixe de merecer, como disse, o parecer da Comissão de Finanças. Todavia, a Presidência está sujeitando à Comissão ao cumprimento do prazo regimental.

A Presidência, decide, por se encontrar em regime de urgência, com fase de discussão encerrada, regimentalmente há requerimento do Sr. Deputado Líder da Aliança Renovadora Nacional, encaminha o Projeto de Lei n.º 25/78, para que o Substitutivo Geral a ele apresentado em Plenário, receba no prazo regimental o parecer solicitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, este projeto de lei entrou em 1.ª discussão na 5.ª feira e posteriormente veio incluído na Ordem do Dia para 6.ª feira. Mesmo que tenha sido na 4.ª feira, para 6.ª feira, ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência esclarece Vossa Excelência. O Projeto de Lei constou da Ordem do Dia da sessão de 4.ª feira, votado e aprovado em 1.ª discussão. A Presidência esclarece melhor, com base nas anotações ... Aprovado em 1.ª discussão na sessão do dia 31 de maio, por maioria absoluta. 31 de maio equivale dizer, 4.ª feira.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E depois ele foi incluído na Ordem do Dia de 6.ª feira e encerrada a discussão de segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encerrada a discussão por falta de "quorum" na sessão do dia 2.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Que foi 6.ª feira.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeitamente 6.ª feira.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, a minha questão de ordem, reside exatamente neste aspecto. Tendo em vista que 6.ª feira à 4.ª feira não decorre o prazo constitucional previsto no artigo 83, § 3.º, de quarenta e oito horas.

Então eu requeiro a Vossa Excelência que devolva este prazo para efeito desta consideração, de discussão da matéria em segundo turno. É só esta questão de ordem, Sr. Presidente, que eu levanto, para que o processo legislativo não seja posteriormente eivado de vício insanável, que pode prejudicar, inclusive, os objetivos e o espírito a que ele visa.

É com esta colaboração que encaminho esta questão de ordem à Mesa. É só a devolução de prazo de discussão em segundo turno. Somente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Bom, a Presidência não pode deixar de conferir a Vossa Excelência razão. Constitucionalmente o interstício terá que ser de quarenta e oito horas, da 1.ª para a 2.ª fase de discussão e votação. Vossa Excelência levanta uma tese de se, de 4.ª para sexta-feira seriam decorridas quarenta e oito horas de interstício. Quer me parecer que cabe a Vossa Excelência razão, porquanto a sessão de sexta-feira é sempre marcada para o período matutino; tendo sido realizada a reunião de quarta-feira no período vespertino, não decorreriam, portanto, quarenta e oito horas de prazo. Todavia, regimentalmente a Presidência quanto à retirada da Ordem do Dia esbarra também com uma proibição, pois o projeto de lei encontra-se em regime de urgência. A Presidência tão somente poderá reabrir o prazo para discussão.

Todavia, o impedimento do adiamento de votação por trinta dias permanece atrelado à proibição regimental, que também fala da impossibilidade de se adiar votação de matéria considerada urgente. Mas reabre para discussão da matéria tão logo seja o projeto de lei devolvido pela Comissão de Finanças e reincluído na Ordem do Dia. Mantém, portanto a Presidência o despacho anterior. "Remeta-se à Comissão de Finanças que deve dar cumprimento à alínea A, do artigo 106, do Regimento Interno, no que se refere ao prazo de quarenta e oito horas para exarar parecer técnico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transferência da sessão do dia 7 do corrente, para o período matutino. Aprovado.

O SR. ERNESTO GNOATO — (Questão de ordem) — Solicito de Vossa Excelência, Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende. Defere o pedido de Vossa Excelência e fará verificação de votação, na votação da matéria em apreço.—

(É feita a verificação)

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, pretendendo a realização da sessão plenária do próximo dia 7, quarta-feira, às dez da manhã.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados aprovam;

5 Srs. Deputados rejeitam.

—Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Azarias Diniz, ocorrido na cidade de Franca— S.P.—Aprovado.

A Presidência registra com satisfação, a presença no Plenário do Vereador Antônio Marchalek, 2.º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente de sessão anterior, consubs-

tenciado, em pedido de informações sobre se Sua Excelência já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

A Presidência vai sobrestar a votação do requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para dar sequência à matéria constante da Ordem do Dia.

3.^a discussão do Projeto de Lei n.º 35/78. Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem) Para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Tão logo, a Presidência reabra o prazo de encaminhamento de votação.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 117/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Agudos do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência sobrestar a votação do requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo para dar sequência a votação da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Pois não, Sr. Presidente.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 38/78, ex-Proposição n.º 124/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Itaguapé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 130/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças — da FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 132/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. — COMEC,

e o Município de Piraquara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 133/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Quatro Barras, objetivando aplicação de recursos do Adicional de Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 136/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Campo Tenente, objetivando a aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 138/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/78 de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 140/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em serviços de desenvolvimento urbano no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 142/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, objetivando aplicação e recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços objetivando desenvolvimento do Município signatário. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 13/78, ex-Proposição n.º 98/78 — aprova Termo Complementar e Instrumento de Alteração Parcial ao Acordo n.º 4/75, aprovado através da Resolução n.º 166/75. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/78, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 112/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Pato Branco, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 128/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 141/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Campo Largo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços com vistas ao desenvolvimento urbano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, já em fase de votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes, se obstruiu aqui, a votação do Projeto de Lei n.º 25/78, da Comissão Executiva, que dá nova estrutura ao Quadro do Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo.

Logo após, Sr. Presidente, a bancada da ARENA, permitiu que uma série de projetos de resolução fossem votados. Todos eles tratando de convênios para obras públicas, entre o Poder Executivo e Prefeituras de nosso Estado.

Pois bem, agora se antevê que a bancada da ARENA também pretende impedir a votação do que requerimento que propomos, tratando de assunto de interesse específico e amplo, do funcionalismo público de nosso Estado.

Até parece, Sr. Presidente, que não interessa ao Governo e aos seus representantes nesta Casa, os problemas relacionados ao funcionalismo público. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de ouvir a palavra do Líder da Bancada da ARENA, que S. Ex.ª, pelo menos, nos desse alguma explicação que justifique essa atitude radical dos companheiros da Aliança Renovadora Nacional. Porque, o nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tem outro interesse a não ser utilizar o pequeno poder, a pequena atribuição que ainda tem o Poder Legislativo, que nem sei se poderíamos chamar o Legislativo de Poder, Sr. Presidente.

Pois bem, pretendemos, com o pedido de informações, lembrar o Poder Executivo, que esta Casa está aguardando a remessa de matéria de sua lavra, que venha possibilitar a contagem de tempo proporcional aos funcionários públicos deste exuberante Estado, admitidos até a Constituição de 1967.

Propus, com o Deputado Fidelcino Tolentino, a Emenda Constitucional, garantindo essa conquista a milhares de funcionários.

Por razões que não convenceram, a bancada majoritária rejeitou a matéria. E a nós foi dito também, Srs. Deputados, entre as justificativas relacionadas, de que a determinação para que a bancada da ARENA rejeitasse aquela matéria, partiu do Chefe do Poder Executivo. Com a promessa, com o compromisso que S. Ex.ª, o Sr. Governador, remeteria a esta Casa, matéria idêntica, mas que levasse a sua assinatura.

Pois bem, Srs. Deputados, o tempo passa célere, ainda mais agora que a situação política do Paraná se tumultua e com uma campanha eleitoral prestes a ser deflagrada. Em que as atenções dos legisladores é quase toda ela desviada para o embate eleitoral.

O tempo passa depressa, Srs. Deputados, e é injusto, é ofensivo, é inaceitável que o funcionalismo público, que a nosso ver tem direitos plenos, morais, legais, não consiga esta conquista. Não veja o ano se esvair sem ver, nesta Casa, o projeto de lei lhe concedendo o benefício proposto pelo Poder Executivo.

Nestas condições, Srs. Deputados, é preciso que a nossa voz, que o trabalho desta Assembléia permaneça, continue, para que o Poder Executivo não se esqueça de suas responsabilidades de características humanas e administrativas, de cumprir o prometido. Por esta razão, é que nós pretendemos que o Sr. Governador determine, à Pasta competente, que nos informe se já há estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 67, de forma proporcional, número de anos de serviço a que estavam sujeitos.

Porque, Srs. Deputados, a informação extra-oficial que recebemos através de Deputados, companheiros da bancada da ARENA, é de que o Sr. Governador já havia determinado estudos.

Mas é preciso comprometimento oficial do Chefe do Poder Executivo para com o povo paranaense, através de sua Casa representativa, que é esta Assembléia.

Por outro lado, Srs. Deputados, nós indagamos do Sr. Governador a possibilidade de informar a época em que esta Casa irá receber, para apreciação, a matéria recebida. Isto, porque, a nosso ver, não ficou absolutamente clara a posição do Poder Executivo. E que por razões que, já citamos, deve, amplamente, uma explicação ao funcionalismo e até a esta Casa, que, deixou de exercer a sua prerrogativa, atendendo a uma determinação sua, e que, por outro lado, nós enfatizamos que, esta Casa tem o dever, Srs. Deputados, de prosseguir gerenciando, pelas formas possíveis, para alcançar a legislação da medida.

Indago do Líder Luiz Roberto Soares, a possibilidade de aprovação da nossa matéria, em razão das justificativas que propusemos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo; aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). — Sr. Presidente, não obstante o apelo simpático que faz o eminente Deputado da Oposição, eu, lamentavelmente, neste momento não tenho condições de concordar com a sua solicitação, e me reservo para a próxima sessão, razão pela qual, dentro de uma provisoriedade eu requereria a V. Ex.ª, que ordenasse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Em votação requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, pela terceira vez interrompe o processo de votação, para conceder a palavra a um Deputado que deseja encaminhá-la. O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preterir, ou tentar preterir um requerimento desta natureza, pode ser qualificado, nesta oportunidade, pretensão sem justificativa, da bancada majoritária neste Poder.

O requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo que tem por objetivo alcançar informação de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, se, já determinou ao órgão competente, conforme promessa da Liderança da bancada majoritária, a ele requerer estudos, visando a redação do projeto de lei que

estabeleça a contagem de tempo, para efeito de aposentadoria, aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967, de forma proporcional ao número de anos de serviço a que estavam sujeitos.

Parece-me que os autores do primeiro requerimento, segundo informações que obtive da tramitação deste requerido, negociaram com a liderança do Partido majoritário, pela aprovação deste requerimento do nobre Deputado, Valter Pietrângelo.

Mas veja, Senhor Presidente. Este requerimento foi apresentado na sessão de 15.05.78 e teve encerrada a sua discussão dia 16 do mesmo mês e hoje, dia 5 de junho do corrente ano, procura-se preterir a votação deste requerimento. É de se perguntar: a bancada do Governo nesta Casa, o Governador do Estado do Paraná, são inimigos dos funcionários públicos deste Estado, os milhares de funcionários reclamam por vencimentos, por justiça nos seus vencimentos, e é triste ter que repetir daqui, tantas e tantas vezes, quando assuntos como este vêm a debate. De uma professora do nível primário deste Paraná ainda recebe menos do que um salário-mínimo, mesmo tendo às vezes, vinte anos de trabalho prestados a este Estado. E bem disse o autor do requerimento: esta Casa se povoa e se amontoa de projetos de caráter político, se povoa e se amontoa de projetos de convênios, de autoria do Poder Executivo estadual, para os "chunchos" eleitores de uma campanha que está praticamente se iniciando e enquanto negam justiça a pedidos como este, justiça a milhares de funcionários do Paraná, a milhares de funcionários que compõem a máquina administrativa deste Estado e depois eles mesmos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, irão propor daqui um ou dois meses na sua área eleitoral, que se dependam para os homens que pertencem ao Partido majoritário, ao Partido do Governo, então será feita justiça a esses funcionários injustiçados e é bom que se lembre, nesta oportunidade, das viagens que fazemos ao interior, somos procurados por funcionários deste Estado para suas queixas e reclamações por demais procedentes, e revolta-nos ver que a bancada majoritária, a bancada do Governo na Assembléia Legislativa do Estado se dá às mãos ao Governador para negar aquele, este pedido que é o pedido de justiça e tão clamado pelos milhares de funcionários deste Estado.

Desta feita, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu voto será favorável ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, na fase de verificação.

Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). — 9 Senhores Deputados aprovam; quatro Senhores Deputados rejeitam. — Não há "quorum" para deliberação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferre. — (Tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Encontram-se presentes 30 Srs. Deputados.

A Presidência colocará, novamente, o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, em votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, em fase de verificação.

Solicita dos Srs. Deputados que tomem seus lugares para viabilizar conferência de votos.

(Tímpanos)

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pie-

trângelo. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado o requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Novamente, requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferre.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Quinze (15) Srs. Deputados aprovam. Sete (7) Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — E a Presidência deferre.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu indago de V. Ex.^a se existe na Assembléia algum projeto que trate do requerimento em tela.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência pede tempo para consultar o Sr. Diretor do Departamento Legislativo, que de pronto informará a V. Ex.^a. — (Pausa).

A Presidência informa ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares: prestada pela C.C.J., Projeto de Lei n.º 115/77 — Entrada: 31.08.77. Iniciativa: do Sr. Deputado Erondy Silvério. Natureza do processo: acresce de mais um parágrafo, com redação que especifica, ao Artigo 138 da Lei n.º 6.174, de 16.11.70 — Serviço Público prestado anteriormente a 1.09.67. Cálculo, efetuado para 30 e 25 anos respectivamente. Foi distribuído para o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, em 1.º de setembro de 77 e devolvido a 26 de outubro de 77.

Parecer favorável emitido a 26.10.77, pelo Sr. Relator, Deputado Gilberto Carvalho, com regime de urgência, aprovado em 26 de outubro de 77, requerido pelo Sr. Deputado autor do requerimento.

O referido projeto de lei que é encaminhado à C.F. na mesma data, 27 de outubro de 1977, a Recursos Humanos, em 24 de novembro de 1977; ao D.L. em 25.11.77. Colocado em 1.ª discussão em 30.11.77 e em 2.ª discussão em 1.12.77. Em 3.ª discussão em 2.12.77.

À Comissão de Redação em 5.12.77.

Dispensado de publicação de Redação Final pelo Protocolo 12.323/77 a requerimento dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo. Eram as informações que cabia prestar.

Segundo se depreende da ficha informativa, o projeto de lei em apreço, encontra-se na Comissão de Redação Final.

A Presidência está ainda com uma Questão de Ordem levantada pelo Deputado Lúcio Machado, S. Ex.^a requeir chamada nominal, e a Presidência deseja saber se S. Ex.^a persiste na sua intenção.

(Pausa).

Havendo retirado, a Presidência vai tão somente discutir matéria que porventura, não esteja com discussão encerrada. Porquanto, não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, no sentido de que determinem seja executado o projeto do calçadão em Guaratuba. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "O Dia Mundial do Meio Ambiente", publicado no jornal "O Estado do Paraná". — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 21, 141, 169, 171/77, 27, 33 e 37/78.

Levanta-se a sessão.